



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

| Prefeitura Municipal de Maricá | |
|--------------------------------|------------|
| Processo Número | 10406/2023 |
| Data do Início | 18/05/2023 |
| Folha | |
| Rubrica | |

REF: Recurso da empresa KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA referente ao Pregão Eletrônico 15/2023 - SMS

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

RECURSO contra a decisão da pregoeira encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- que foi inabilitada de forma incorreta.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS.

a) Das razões da inabilitação da recorrente

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

A empresa contesta a decisão da pregoeira de inabilitá-la, questionando o motivo pelo qual não foi credenciada para participar do certame, argumentando que a Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação encontravam-se dentro do envelope de habilitação, deixando de apresentá-la de forma avulsa por mero erro material.

Com isto posto, façamos uma breve análise dos fatos.

Sobre o primeiro ponto, considerando a narrativa apresentada pelo recorrente, cumpre esclarecer que a referida declaração, prevista no item 10.1, VI, do instrumento convocatório deveria ter sido entregue de forma avulsa, junto com o credenciamento.

Seguindo, de acordo com o que consta em ata, a empresa KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA não foi credenciada para participar do certame, uma vez que a empresa não apresentou a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação. E, embora fosse possível a Comissão oportunizar a elaboração da declaração de próprio punho, uma vez que esta especializada tem por base o princípio do formalismo moderado, no qual vícios sanáveis serão retificados em sessão amparados pelos acórdãos 1211/2021 e 966/2022 TCU, visando priorizar o interesse público e a economicidade, causou fragilidade a esta Comissão o fato de que o envelope de habilitação pareceu claramente não conter todas as documentações.

Nesse sentido, a pregoeira substituta, mencionada inclusive pela recorrente em sua peça recursal, informou ao licitante que não oportunizaria a elaboração da declaração, pois poderia trazer prejuízo ao andamento do certame, uma vez que a proposta ofertada impactaria diretamente na formulação do ranking e da fase de lances. A mesma orientou o licitante, caso discordasse dos atos, que seria possível a interposição de recurso e eventual retroatividade dos atos, pois seus direitos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

estariam resguardados caso fosse julgado procedente suas razões. E, neste sentido, todos os documentos apresentados ficaram sob posse da comissão para fins de comprovação.

Entende esta especializada que a atitude da pregoeira substituta visou clara e somente a proteção do certame em andamento, considerando que a abertura da proposta condicionaria toda a formulação do ranking e da fase de lances, como já mencionado em ata, sendo necessário ter cautela.

Cabe informar que o ato praticado pela Pregoeira Substituta, teve como objetivo inibir condutas dos participantes, capazes de prejudicar o andamento do procedimento licitatório, uma vez que essa prática de apresentação de declaração de habilitação e não cumprimentos dos requisitos de habilitação tem se tornado uma prática recorrente pelos licitantes nos procedimentos licitatórios dessa administração.

Registra-se ainda que foram protocolados processos nº 14289/2021, nº 6326/2021, nº 1674/2021, 2720/2023, 2743/2023 e 2725/2023 de apuração dos fatos e possíveis punições, porém não retornaram da análise da Procuradoria Geral do Município até a presente.

É necessário entendermos que as regras jurídicas devem ser interpretadas e aplicadas à luz dos princípios norteadores. Assim, em uma situação como a apresentada, que possibilite a tomada de diversas soluções, deve-se escolher a que melhor atenda aos ditames dos princípios. E baseando-se nos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, as decisões administrativas devem ser amparadas e pautadas em justificativas racionais, com fulcro no bom senso.

Ainda, precisamos nos atentar ao Princípio da Motivação, segundo o qual todas as decisões administrativas devem ser sempre justificadas por escrito no processo da licitação e motivadas, ou seja, o agente responsável pela tomada da decisão enunciar expressamente os motivos de fato e de direito que justificam determinada decisão, como notadamente foi feito pela pregoeira substituta Thatia Corrêa Schmildt.

Desta forma, entende essa Especializada ser cabível a abertura do envelope para as diligências necessárias, sendo possível eventual retroatividade dos atos, caso seja julgado procedente suas razões. No entanto, caso a empresa recorrente não possua os documentos insistentemente alegados em sessão e na peça recursal, fica desde já comunicado sobre a instauração de processo de penalidade.

b) Quanto à participação da Recorrente no PP n.º 35/2022

O recorrente ainda tentou reforçar seus argumentos, dizendo que participou do Pregão Presencial n.º 35/2022, realizado por este município, em outubro de 2022 e que não praticou qualquer conduta capaz de impedir sua participação ou que causasse desconfiância da Administração Pública em outros procedimentos licitatórios.

Contudo, sobre a participação do recorrente no PP 35/2022, informação trazida pelo próprio participante para comprovação de que agiu, em suas palavras: “de forma transparente e inidônea”, se torna imprescindível trazer à baila os trechos da 1ª Ata de Realização do PP 35/2022, a saber:

“O representante da empresa KROY ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA solicitou que constasse em ata que a empresa KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA não está apta em exercer as atividades por não ter na qualificação técnica no objeto licitado. Assim como o representante da empresa BR COPI COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI observou que, embora o contrato social não mencione em suas cláusulas a alteração do mesmo, é possível verificar no termo de autenticação da JUCERJA - no campo “descrição do ato/evento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a informação acerca da alteração contratual; ou seja, não se trata de empresa aberta no presente exercício, e, ainda no cartão do CNPJ informa a abertura da empresa foi em 2019. Considerando os apontamentos, foi feita diligência e confirmado a informação que a empresa foi aberta em 2019. Tendo em vista o ocorrido, e a impossibilidade de saneamento, a empresa KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA foi declarada inabilitada e procedeu-se a abertura do envelope de habilitação da empresa subsequente BR COPI COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI.”

A empresa KEEP ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA, conforme instrumento particular de constituição de sociedade empresaria limitada pela transformação de Empresário Individual em Sociedade Empresária Limitada, em 20.09.2022, conforme registro na JUCERJA, apresentou livro diário nº 01 do período de 20/09/2022 a 30/09/2022 registrado na JUCERJA em 19/10/2022.

Contudo, a empresa não formalizou adequadamente suas demonstrações contábeis na transição. Cumpre esclarecer que a empresa, com data de abertura em 11/08/2019 e sendo Empresário Individual, não teria obrigatoriedade fiscal para apresentação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, conforme art. 970 e art. 1179, parágrafo segundo, do Código Civil, bem como nos art. 68 e 18-A, parágrafo primeiro, da Lei Complementar 123/2006.

É importante ressaltar, que a referida empresa nunca efetuou registros contábeis nas condições exigidas pela legislação fiscal. Desse modo, deveria efetuar levantamento patrimonial, ou seja, o arrolamento de todos os seus bens, direitos e obrigações existentes em 31/12/2022, conforme parágrafo único, do art. 19, da Lei 8.541/1992 e dar continuidade aos registros contábeis em 2023.

A empresa apresentou no Pregão Presencial 35/2022, o diário nº 01, registrado na JUCERJA, em 19/10/2022, somente com o saldo de Débito de Caixa R\$ 120.000,00 e Crédito de Capital Social de R\$ 120.000,00.

Considerando que a empresa com data de abertura em 11.01.2019, quanto à obrigatoriedade fiscal não sendo preciso apresentar o balanço patrimonial no ano 2022, e mesmo assim o fez, no procedimento licitatório do PP 35/2022. A empresa deveria ter feito o levantamento patrimonial em 20.09.2022, apurando todas as faturas pendentes de fornecedores, todas as faturas pendentes de clientes, todas as notas de crédito, todos os extratos bancários, todos os saldos de estoque, quando existirem, os relatórios do ativo imobilizado, todos os valores a pagar referentes aos tributos da empresa, todos os valores a pagar referentes as obrigações trabalhistas, etc. E dar prosseguimento aos lançamentos contábeis a partir de 20.09.2022.

No entanto, o balanço patrimonial encerrado em 30.09.2022 e apresentado no Pregão Presencial 35/2022, na sessão de 24.10.2022, mostra fragilidade por não apresentar a realidade da saúde financeira da empresa.

Diante do exposto, embora a recente participação do Recorrente em processo licitatório realizado por este município tenha resultado em sua inabilitação por conta da constatação de divergências em suas documentações, esta Comissão retroagirá os atos para que seja oportunizado ao Recorrente a apresentação da Declaração dos Requisitos de Habilitação e abertura de seus envelopes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

IV – DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrrazões, nenhuma empresa se manifestou.

V – CONCLUSÃO

Mediante o exposto, e toda fundamentação narrada nos autos do processo, essa especializada opina pelo **INDEFERIMENTO** do presente recurso e o submetemos à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 24/05/2023.

NATHÁLIA BORGES

Matr. 300.1177

DE ACORDO

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS

Pregoeira